

**SÃO PAULO URBANISMO****SP-URBANISMO/CHG/Gerencia Jurídica**

Rua Líbero Badaró, 504, 16º. Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01008-906

Telefone: 11-3113-7500

Encaminhamento SP-URB/CHG-GJU Nº 024562750

São Paulo, 26 de dezembro de 2019

À

Diretoria de Implementação de Projetos Urbanos

Denise Lopes de Souza,

Com meus cumprimentos, encaminho-lhe parecer jurídico, evento nº 024553065, por mim subscrito com a complementação abaixo, para prosseguimento.

Como já apontado por esta GJU em parecer jurídico, evento nº 018400524, que instrui os autos do processo SEI nº 7810.2019/0000547-9, a Procuradoria Geral do Município - PGM tem posicionamento consolidado no sentido de que a aplicação no caso concreto das sanções previstas na Lei Municipal nº 14.094/05, dentre elas a não remuneração por serviços contratados, pode ser precedida da ponderação, pelo ordenador de despesas, entre o interesse público presente na continuidade da execução do serviço contratado e aquele resguardado pela Lei do CADIN Municipal, no sentido de que, em casos excepcionalíssimos, configurando-se de forma inequívoca (i) a essencialidade do serviço executado e a (ii) impossibilidade de sua execução por outro prestador, caso a aplicação da norma gere maior dano do que benefício à Administração, seria contrário ao interesse do Estado exigir do ordenador de despesas conduta diversa do que a de realizar a contratação e/ou pagamento pelo serviço prestado.

Oferecidas as informações acima ao Tribunal de Contas do Município nos autos do suprarreferido processo, em que se questiona a remuneração da Caixa Econômica Federal pela SPUrbanismo independentemente de sua inscrição no CADIN Municipal, o TCM, mesmo tendo predicado como "atendido" seu apontamento, determinou que "a SP-Urbanismo deve buscar junto à PMSP o respaldo formal para o afastamento do cumprimento do art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 47.096/2006 nos casos em que houver similaridade com o apontado".

Nesse sentido, embora tratando-se dos mesmos fatos já objeto de explicação ao Egrégio Tribunal de Contas, ie não se tratando de novo caso similar, a Diretoria de Implementação de Projetos Urbanos informa a esta GJU que, da análise do processo SEI 6068.2019/0003799-5, processo esse referente à contratação da CEF pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, pasta da Administração Direta a que se encontra finalisticamente vinculada esta empresa pública, para a prestação de serviço idêntico ao do ajuste em tela, constata-se que a Coordenadoria Geral do Consultivo da Procuradoria Geral do Município, evento nº 023322303, se posiciona no sentido de que há possibilidade, observando os parâmetros decisórios antes explicitados, de afastamento das sanções previstas na Lei Municipal nº 14.094/05, cabendo a análise do caso concreto ao ordenador de despesas, análise essa que foi realizada pela Assessoria Jurídica de SMDU, evento nº 023536570, e pelo ordenador de despesas da referida secretaria, evento nº 024031178, no sentido de

autorizar a PMSP a contratar, e, portanto, remunerar no curso da execução contratual, a CEF para prestação do serviço de análise, acompanhamento e fiscalização do emprego dos recursos efetivamente auferidos com a distribuição pública de CEPAC nas Operações Urbanas Consorciadas Água Espraiada, Água Branca e Faria Lima.

Assim, ratificando os termos do parecer jurídico juntado a estes autos sob o número de evento nº 024553065, entendemos que, realizada a análise do caso concreto pelo ordenador de despesas utilizando-se as balizas definidas pela PGM, como realizado em caso idêntico pela PMSP no bojo do processo SEI nº 6068.2019/0003799-5, não há que se falar em inviabilidade de pagamento à CEF por serviços devidamente prestados, tendo a Prefeitura do Município de São Paulo exarado formalmente, neste caso concreto, entendimento similar.

Att.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Wasem Quesada, Gerente Jurídico**, em 26/12/2019, às 17:02, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **024562750** e o código CRC **05664F4D**.